RESISTÊNCIA INDÍGENA FRENTE AOS AGENTES DOS MERCADOS NEOCOLONIAIS NO BAIXO RIO TAPAJÓS

Marcos Vinícius da Costa Lima[1]

RESUMO: O movimento indígena na região do baixo rio Tapajós teve início no final da década de 1990, organizando-se e institucionalizando-se no ano de 2000, com a criação do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA). O CITA mobiliza e luta pelo reconhecimento étnico e por seus direitos territoriais. Paralelo a esse movimento surge também, na década de 1990, uma mobilização social em prol da criação da Reserva Extrativista Tapajós e Arapiuns (RESEX), que objetivou impedir o avanço do desmatamento causado por madeireiras em suas terras tradicionalmente ocupadas. As famílias moradoras, indígenas e não indígenas, paulatinamente, receberam incentivos para implantarem pequenos projetos econômicos em troca de mudanças na forma de apropriação e uso dos recursos naturais da RESEX. No entanto, essas ações de controle da territorialidade dos moradores pelos gestores da Resex causou insatisfação por parte dos indígenas, vindo a se agravar com as várias tentativas de implantação de projetos econômicos neoliberais, inclusive pelo viés do discurso de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que comprometeria a territorialidade indígena. Pretende-se, aqui, interpretar e analisar as práticas territoriais dos agentes econômicos que vêm tentando implantar projetos econômicos em parceria com ONG´s e instituições públicas sem as oitivas, bem como sem anuência dos povos indígenas que moram e resistem aos ataques neocoloniais em seus territórios. Como referencial teórico, foram trabalhadas as categorias: território e territorialidade com base em Sack (1986), Bonnemaison (2002), Raffestin (2011) Haesbaert (1999, 2007, 2015). Foram feitas, também análises críticas sobre bibliografias correlatas e sobre a realidade observada em campo. Além da realização de entrevistas informais (relatos dos moradores da Resex). Constatou-se que os povos indígenas, organizados em movimento sociais têm conseguido frear as práticas territoriais impositivas como forma de resistência às intervenções dos mercados neocoloniais.

Palavras Chave: Territorialidade, Resistência, Movimento Indígena, Economia Verde

ABSTRACT: The indigenous movement in the lower Tapajós River region began in the late 1990s and was organized and institutionalized in 2000 with the creation of the Tapajós Arapiuns Indigenous Council (CITA). The CITA mobilizes and strives for ethnic recognition and for its territorial rights. Parallel to this movement also appears in the 1990s a social mobilization for the creation of the Tapajós and Arapiuns Extractive Reserve (RESEX), which aimed to prevent the advance of logging deforestation in its traditionally occupied lands. Indigenous, indigenous and non-indigenous families gradually received incentives to implement small economic projects in exchange for changes in the way the natural resources of RESEX were appropriated and used. However, these actions to control the residents' territoriality by the managers of Resex caused dissatisfaction on the part of the indigenous people, becoming aggravated by the various attempts to implement neoliberal economic projects, including the bias of the discourse on Payment for Environmental Services (PSA) , which would compromise indigenous territoriality. The aim here is to interpret and analyze the territorial practices of economic agents who have been attempting to implement economic projects in partnership with NGOs and public institutions without the public, as well as without consent of the indigenous peoples who live and resist neocolonial attacks

[1] Geógrafo (B/L), mestre em Geografia (UFPa), Doutorando em Geografia pelo PPGEO/UFF, membro do NETAJ/UFF – Coord. Prof. Dr. Valter Cruz. Pesquisador no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – Coord. Prof. Dr. Alfredo W. B. de Almeida (UEA/PPGAS) – Email:. mvclima@hotmail.com.

in their territories . As a theoretical reference, the categories were: territory and territoriality based on Sack (1986), Bonnemaison (2002), Raffestin (2011) Haesbaert (1999, 2007, 2015). Critical analyzes were also made on related bibliographies and on the reality observed in the field. In addition to conducting informal interviews (reports of residents of Resex). It was found that the indigenous peoples, organized in social movements have been able to restrain the territorial tax practices as a form of resistance to the interventions of the neocolonial markets.

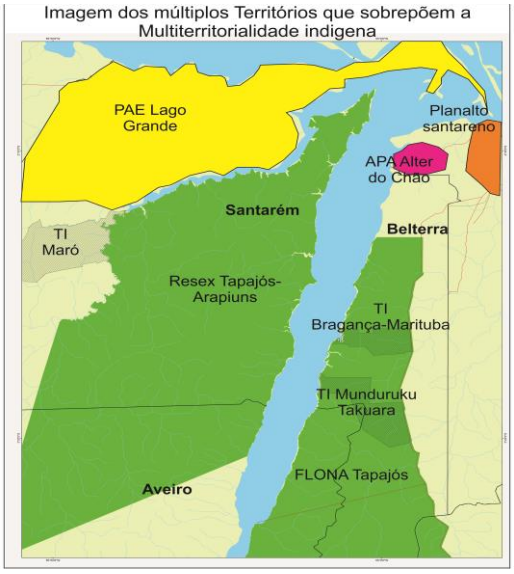
"PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO" COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE

Na região do baixo rio Tapajós, compreendida pela composição de três municípios Santarém, Belterra e Aveiro (Figura 1), podemos identificar dois movimentos dinâmicos de territorialização que se contrapõem, ao mesmo tempo e, em certa medida, complementam-se como parte de um jogo de forças, onde, de um lado uma força é representada pelos agentes hegemônicos e seus mandatários (mandantes, comandantes, comandados, demandantes) e do outro lado encontram-se os grupos sociais resistentes subalternizados que lutam contra os processos homogeneizantes da racionalidade epistêmica que foram traçados na arena política do mundo ocidental. Nessa perspectiva, Mignolo (2008) denomina essa fricção intercultural de "opção descolonial", expressando a ideia de que a desobediência civil, aqui objetivada em movimentos sociais, sem desobediência epistêmica, permanecerá presa em jogos controlados pela teoria política e pela economia política eurocêntrica. Essas formas de imposição, a partir das sociedades dos países do Norte e das elites dos países do Sul, com seu padrão desenvolvimentista, industrializante, tecnicista, extremamente consumista, ambiental e socialmente insustentável subjugam e sujeitam a humanidade, em particular, as sociedades dos países do Sul.

Figura: 1



Figura: 2



Fonte: Ilustração cartográfica do autor, 2015.

A categoria território, enquanto instrumento de análise, pode ser conduzida pela abordagem teórica do "campo de forças" de Bourdieu (2007) e pelas relações sociais de poder, como bem trabalhou Raffestin (1980:2011) ao definir o "território" a partir de uma concepção dialética e marxista, concebendo uma estrutura de território numa analogia de tessitura/redes/nós e destacando os elementos que compõem as escalas de poder, além de apontar como atributo central as relações sociais de poder. A partir dessa perspectiva, o autor afirma que "toda representação com a intenção dele se apropriar e controlar é um território" (RAFFESTIN, 1980:2011, p.126). Portanto, podemos considerar a construção social e política da região do baixo rio Tapajós como sendo um espaço de múltiplos territórios, ou seja, de múltiplos "projetos" efetivos ou planejados, que, dialeticamente, se sobrepõem/justapõem/contrapõem como veremos a diante.

Todo território, no entanto, pressupõe uma ou mais territorialidades, em perspectivas distintas. Nesse sentido, Robert Sack (1986, p. 63) afirma que a ideia de território indica um espaço em que determinado agente constrói práticas (territorializantes) que tentam influenciar ou mesmo controlar coisas, pessoas e/ou relações sociais com o intuito de apropriar-se delas e de dominar.

No baixo rio Tapajós, é possível identificar um campo de forças entre vários agentes ou territorialidades, em processos dialéticos de Re-Des-Territorialização contínua. A territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. É um meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados, pois, segundo Sack, (1986) a territorialidade deve envolver uma forma de classificação por área e uma deve conter uma forma de comunicação simbólica ou material estabelecida por limites e fronteiras, visando por meio de uma estratégia, uma "tentativa de impor o controle sobre o acesso à área e as coisas dentro dela, ou às coisas fora dela através da restrição das coisas de dentro" (SACK, p. 80-81). A lógica de área, aqui, funciona como ponto de partida para perceber a tessitura da região do baixo rio Tapajós, que, na qual, podem ser identificados: Unidades de conservação (Resex, Flona e APA), Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAEx), Territórios de quilombolas e Terras Indígenas (Figura 2), onde as territorialidades se coadunam em diferentes jogos de interesses e formas de ocupação, apropriação e uso da terra e do território.

Para Sack (1986), a territorialidade pode constituir uma grande estratégia de resistência, ou em outras palavras, de afirmação indenitária e territorial no seu sentido estrito. Outra característica é a que Rogério Haesbaert (2014) alerta para a dimensão do espaço-tempo-vivido dos sujeitos ou dos grupos, afirmando que o território é sempre múltiplo, diverso e complexo (onde se apresentam vários agentes territorializantes convergentes, antagônicas, divergentes e complementares), ao contrário do território "unifuncional" (homogeneizador) proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica e colonial, especialmente através de figuras como a do Estado neoliberal

que não admite multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou territorialidade nas suas áreas de atuação.

Do ponto de vista metodológico, o entendimento para/com/no processo de territorialização (dominação e/ou apropriação), Haesbaert (2014) assevera que deve ser trabalhada nas suas multiplicidades que é também, e sobre tudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados a partir dos múltiplos sujeitos envolvidos, tanto no sentido de quem sujeita, quanto de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas, quanto das lutas subalternas de resistências.

Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que o constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o estado, empresas, instituições como a igreja, etc. Os objetivos que implicam o "controle" social através de uma determinada territorialização variam conforme espaço/tempo/vivido do grupo ou do próprio indivíduo, que de algum modo, criam o território visando atingir/afetar, influenciar ou controlar coisas, pessoas, fenômenos e/ou relacionamentos.

Haesbaert (2014) chama a atenção para a necessidade de distinguirmos a multiplicidade de territórios da multiterritorialidade, pois:

> Cada território pode apresentar multiplicidade de territórios sendo que a multiterritorialidade “experimenta vários territórios” [e/ou territorialidades] ao mesmo tempo e de a partir daí formular uma territorialização efetivamente múltipla [...] um entrecruzamento de diferentes territórios (HAESBAERT, 2014, p.76).

A partir dessa perspectiva, Haesbaert apresenta a importância da multiterritorialidade em diferentes dimensões ou escalas (multiescalaridade das práticas territoriais) como elementos importantes na análise da multiterritorialização que, parafraseando Yves Lacoste (1988) com a ideia resultante de uma sobreposição lógica de território, hierarquicamente articulada, “encaixadas” na lógica da espacialidade diferencial de Ives Lacoste (1988) por se tratar de uma multiterritorialidade.

Outro elemento que Haesbaert (2014. p.78) chama atenção é a importância do(s) território(s)-rede(s) para que possamos “apreender globalmente” nossa experiência espacial contemporânea, que tem a ver com a descontinuidade dos territórios, organizados muito mais em rede do que em termos de área, pois trata de uma multiterritorialidade não apenas por deslocamento físico, mas também por conectividade virtual, da capacidade de interagirmos à distância, influenciando e, de alguma forma, interagindo e integrando com outros territórios (dimensões simbólica e materiais) em escalas múltiplas continuas, descontinuas e simultâneas.

Por tanto, para trabalhar as práticas territorializantes dos agentes hegemônicos do mercado verde, no baixo rio Tapajós, é necessário pensarmos nas suas práticas territoriais de forma

multiescalar, podendo iniciar da trama dos mercados que se conjectura em territórios-redes. A análise da territorialização dos agentes da "proteção" perpassa, também, pela materialidade dada nas formas projetadas de mercados econômicos (empreendimentos PPPC), que, a partir dos quais, se propõe compreender como pensam e agem esses agentes dominantes nos distintos territórios criados no baixo rio Tapajós e, em particular, na Unidade de Conservação da Resex Tapajós-Arapiuns para contrapor a perspectiva dos sujeitos indígenas que resistem, ao mesmo tempo em que se territorializam frente às investidas dos defensores do capitalismo climático na região.

Didaticamente, para representar a escala de poder político dos agentes nas suas negociações, ou seja, na abrangência de atuação dos agentes, dividiu-se o grupo em subgrupos, como "unidades de ação", como se fossem "avatares", para dar sentido a sua forma de espraia-se. Esta é uma tentativa de conceber uma existência, inclusive, material, mas não reificado, apenas como condição subjetiva do papel de mandantes, comandantes, comandados e demantantes que interagem numa única cooperação política e econômica multiescalar.

A pesar dessa subdivisão, esses subgrupos, não se encontram isolados em suas esferas de poder, mas interagem de forma dinâmica em todas as outras esferas, ao ponto de assumir papeis em diferentes dimensões da territorialidade hegemônica. É coerente, portanto, afirmar que falar de múltiplas territorialidades, ou melhor, de multiterritorialidade dos agentes dominantes, que utilizam-se de "avatares" da economia verde, estando em "plena" sintonia e que se espraiam com a mesma intencionalidade de seus pares, constituindo-se numa só unidade racional do mundo contemporâneo.

O grupo de defensores do capitalismo verde, foi organizado no Quadro 1 em subgrupos para representar uma realidade aproximada dos agentes e de suas objetividades (funcionalidade). Contrapondo essas teias de tramas estabelecidas pela escala de poder hegemônico, os grupos de subalternizados, objetivados pelos movimentos sociais indígenas que também apresentam sua multiterritorialidade com suas formas de resistência, seja fazendo parcerias, divergindo ou "eliminando" as ameaças, este grupos, não serão divididos em subgrupos, mas se reconhece as suas formas congêneres de multiterritorialidade por atuarem em diferentes escalas de poder, afirmando-se contra as diferentes formas de violação dos direitos indígenas, tanto na escala local via CITA, regional pela COIAB, Nacional pela APIB e/ou mesmo pela escala continental por meio da COICA. Suas ações, portanto, transcendem o campo de negociação local, podendo dialogar nas esferas de negociação dos "mandantes". Para melhor visualizar os agentes subalternizados e suas situações, que constituem o campo do indigenismo no baixo rio Tapajós, veja o Quadro1.

Quadro 1: Representação dos grupos Hegemônicos e dos Subalternizados

A multiterritorialidade do grupo hegemônico	**Papel dos agentes territorializantes multiescalar**
Mandantes	Detentores dos meios de reprodução capitalista e que buscam efetivar a suas formas de "acumulação por desapossamento": Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs), Doadores financeiros, Banco mundial, BID, BNDES, Kfw/GIZ, Empresas transnacionais (corporações), grupos de países ricos (G7, G20, GEF, Fórum Econômico Mundial (FEM ou WEF), Clube de Roma...).
Comandantes	Tecnocratas que elaboram estratégias para a reprodução ampliada do capital (neocolonial): Agencias multilaterais (ONU, PNUMA, PNUD, Unesco, FAO, Universidades/Institutos...) e Organizações não-governamentais internacionais (IUCN, WWF, TNC, IC...).
Comandados	São as organizações/agencias governamentais nacional/regional, que seguem por meio de acordos/convenções/tratados internacionais, a agenda impositiva de criar espaços jurídicos/administrativos (programa/plano/projeto/territórios) para operarem (fiscalizando/punindo) as políticas de ampliação e reprodução do capital (climático, natural, verde...) sobre a ótica do desenvolvimento sustentável: MMA, IBAMA, ICMBio, FUNBIO, SEMA, FUNAI.
Demandantes	São as organizações não-governamentais (filiadas/parceiras) de base que agem como ponta de lança, atuando no esquema de PPPC (Parceria Público Privado e Comunitária) conhecidas como sistema *multistakeholder* na execução e "aperfeiçoamento" das políticas da economia verde: Biofílica, Imazon, TNC, IPAM, PSA.
"Multiterritorialidade" do grupo subalternizado	**Papel dos agentes subalternizados na ótica dos Multiterritorializantes hegemônicos**
Demandados	São os "beneficiários"/"usuários"/"fornecedores"/"guardiões"/ "sentinelas"/"proprietários" de bens territoriais e ambientais (serviços ambientais, símbolos culturais e naturais, saberes tradicionais, biodiversidade...), que "devem" celebrar acordos/contratos/parcerias, por meio de suas associações sindicais, cooperativas, conselhos (inter)comunitários, organizações políticas e administrativas com os facilitadores/ pagadores/ financiadores/ compradores de créditos/cotas de reservas ambientais, títulos/ativos financeiros de "capital natural" (...).

Fonte: Atividade de campo, 2015.

Indianização como resistência a implantação de mercados neocoloniais[2]

Os povos indígenas no Brasil, nos últimos 30 anos, contabilizaram um aumento demográfico bastante expressivo, visto que em 1991, o IBGE havia divulgado um número de 294 mil índios e no ano de 2000, 734 mil, aumentando em 2010 para 896 mil. A explicação do IBGE para o tal crescimento foi motivado mais pela autodeclaração indígena e menos pelo crescimento natural. Esse processo de *indianidade* (CUNHA. 2012. p.101) ou mesmo de *reindianização* (CASTRO. 2008. p.137) do país, gerado pelo processo da autodeclaração indígena, remete-nos a interpelar: o que realmente provocou essa *retomada demográfica* indígena? Algumas das respostas podem ser construídas a partir das experiências de embates políticos e econômicas, encontradas na região do baixo rio Tapajós, cuja dinâmica da mobilização indígena nesse espaço de múltiplas territorialidades sociais e étnicas foi, imperativamente, motivada pelas iniciativas da economia de mercado em suas diferentes facetas neocoloniais.

Para entendermos o processo de *indianidade*, trabalhado por Manuela Carneiro da Cunha (2012), perpassa, inicialmente, pelo sentimento de pertencimento e pelo ação autodeclaratória, sem necessariamente o sujeito apresentar elementos diacríticos, além deste pertencer a *um grupo étnico que compartilharia valores, formas e expressões culturais*. Para entendê-lo na região do baixo rio Tapajós, devemos analisá-lo como um fenômeno da territorialização indígena frente à territorialização neocolonial, para tanto, deve se contextualizar o espaço/tempo das políticas e projetos/planos econômicos multiescalar (global-local) ditada pela resignificação desse espaço como uma fronteira do capitalismo neoliberal que vem se remodelando conforme os interesses globais da atual economia de mercado, que pode ser denominada, na sua versão "mais recente", de economia verde, capitalismo verde ou de capitalismo climático, por transfigurar os elementos da natureza e seus serviços ambientais num bem comercializável. No entanto seus tentáculos encontraram nos múltiplos territórios do baixo rio Tapajós resistências das multiterritorialidades indígenas (HAESBAERT, 2014).

Para Cunha (2012. p.123) “cada avanço da fronteira econômica no país dá origem a uma recuperação demográfica indígena”, em outras palavras, a cada avanço de empreendimentos públicos e/ou privados sobre as “terras tradicionalmente ocupadas” (ALMEIDA, p. 2008), os povos, invisibilizados pela cultura homogenizadora dominante, invocam os espíritos da resistência indígena, forçando-os a buscarem, na Constituição nacional, os seus direitos consuetudinários para

[2] A ideia de mercados neocoloniais, aqui, é aplicado no sentido de David Harvey, trabalhado no texto *O "novo imperialismo": acumulação por desapossamento (parte II)*, no qual ele explica, criticamente, as formas contemporâneas da reprodução ampliada do capital, baseando-se na teoria de Marx e nos conceitos de Rosa de Luxemburgo sobre o caráter dual da acumulação de capital (I. mercado de mercadorias e ao Lugar de produção de Excedentes / II. relações entre capitalismo e formas de produção não capitalista).

defender as suas territorialidades específicas (ALMEIDA. 2004). Esse processo da *etnicidade* (BARTH. 2000) é constatada na região do baixo rio Tapajós, rio Arapiuns e no planalto santareno através das mobilizações de 13 povos indígenas. Edwirges Ioris (2012a, 2012b) e Vaz Filho (2010a, 2010b) nos relatam que o movimento indígena na região do rio Tapajós teve suas primeiras formas organizadas de resistência, ainda no início do século XIX, durante o período da cabanagem, no entanto, sua maior expressão de resistência registrada por ambos, ocorre em 1974, com a implantação, pelo Estado, da unidade administrativa de proteção ambiental denominada de Floresta Nacional (Flona) do Tapajós, que, por definição na época, não admitia a presença de moradores, o que gerou indignação por parte dos povos que ali habitam.

Esse modelo de "área protegida" seguia as premissas econômicas estabelecidas pelas políticas de desenvolvimento dos governos dos militares (1964-1985), período marcado pela grande repressão e de violência na Amazônia contra os povos indígenas. A criação da Flona do Tapajós tinha como objetivo atender as demandas do mercado madeireiro (inter)nacional, como continuidade de um processo que resultou das redefinições econômicas e políticas nacionais e internacionais, no início do século XX, ainda durante os governos de Getúlio Vargas, com o apoio de empresas nacionais, em particular, do setor industrial da mineração e celulose, protagonizadas pelas famílias Matarazzo e Klabin (TELLES. 1946). Tais projetos de desenvolvimento contribuíram para o fortalecimento do atual padrão de acumulação de capital, estando ainda em franca expansão com suas significativas alterações estruturais nas escalas das relações jurídicas e econômicas, sob a batuta do poder internacional (PORTO GONÇALVES, 2006) que, no espectro do visível, se materializam nas decisões tomadas pelas agências multilaterais de amplitude multiescalar.

As sucessivas manifestações contrárias aos modelos de implantação de empreendimentos econômicos no baixo Tapajós tiveram como instrumento de luta a organização do movimento indígena que, a partir dos contextos de lutas sociais, políticos e econômicos, no interior da Flona, as lideranças comunitárias que se opuseram às imposições dos gestores da Flona, adotaram formas de luta, como bem lembra o modo autodeclativo do intelectual ativista Aymara Fausto Reinaga: “Danem-se, eu não sou um índio, sou um aymara. Mas você me fez um índio e como índio lutarei pela libertação” (MIGNOLO, 2008), essa autoafirmação Aymara pode ser comparada ao processo de autodeclaração dos indígenas munduruku existentes na Flona Tapajós, que com o apoio dos dirigentes das Pastorais Sociais Diocesanas de Santarém, de Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), do Grupo de reflexão de religiosos negros e indígenas (GRENI), de ambientalistas e intelectuais da academia local, apresentaram e constituíram, em meio as reflexões situacionais de suas realidades, os primeiros traços do

pensamento liminar[3] frente a *diferença colonial*[4] (MIGNOLO, 2003), ou seja, os munduruku tomaram consciência das estratégias de dominação hegemônicas e eurocêntricas sobre suas multiterritorialidades (HAESBAERT, 2014), passando a contestar as formas de intervenções políticas e econômicas dos agentes neocoloniais.

Na segunda metade da década de 1990, enquanto as lideranças indígena da aldeia Takuara, Bragança e Marituba se articulavam em defesa dos seus territórios, promovendo as iniciativas para os seus estudos técnicos e antropológicos, via Fundação Nacional do Índio (Funai), do outro lado do rio Tapajós (na margem esquerda), outra mobilização de moradores emergia contra as indústrias madeireiras que avançavam sobre suas *terras tradicionalmente ocupadas* (ALMEIDA, 2008). Contudo, as estratégias escolhidas por suas lideranças foram a opção pela modalidade territorial de Reserva Extrativista (RESEX), decretada em 1998, que, por sua vez, reforçava a invisibilidade indígena pela identidade de extrativista, no entanto, entendiam que o modelo de RESEX traria segurança para as suas terras e território. Em parte, eles conseguiram expulsar as empresas madeireiras e ainda estabeleceram novas formas de uso e apropriação dos recursos naturais da Resex realizando, na época, um reordenamento orientado pelo IBAMA[5], constituído num plano de manejo. Esse tipo de gestão desagradou muitos de seus moradores, por impedi-los de continuarem realizando as suas formas tradicionais de reprodução social, cultural e econômica.

Em 1998, a aldeia Takuara autoafirmou-se como indígenas munduruku, o que motivou ainda mais os povos da margem esquerda do Tapajós a lutarem por seus territórios. A luta dos moradores da Resex logo se tornou na luta dos povos indígenas, pois vivenciando exclusivamente as práticas dos grupos extrativistas de Unidade de Conservação, logo o sentimento de estranhamento se contrapôs ao de pertencimento. Sobre essa resistência do fazer indígena, Alfredo Wagner de Almeida (2015) reforça a ideia de que, para que o reconhecimento dos direitos consuetudinários possa realmente existir no domínio da vida social, para que possa ser também um objeto de discussão, reflexão e até de transformação, é necessário passar pela politização das *terras tradicionalmente ocupadas*. E isso tudo só será possível, se, se organizarem em

[3] Mignolo (2003) define o *Pensamento Liminar* como sendo os momentos de fissuras no imaginário do sistema mundial colonial/moderno e a esse imaginário ele se refere também ao discurso sobrepujante do ocidentalismo, com a sua transformação geoistórica, gerada na tensão e no conflito com as forças da subalternidade. No discurso hegemônico, homogeneizante e dominante, o *Pensamento Liminar* se encontra reprimido pelos domínios da hermenêutica e da epistemologia enquanto palavras chave que controlam a conceitualização do saber (p. 49-50).

[4] Para Mignolo (2003) a *Diferença Colonial* é o espaço onde emerge a colonialidade do poder. É o espaço onde as histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais encontram aquelas histórias locais que os recebem; é o espaço onde os projetos globais são forçados a adaptar-se, integrar-se, ou onde são adotados, rejeitados ou ignorados. Finalmente, é o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder, no confronto de duas espécies de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta (p.10).

[5] Instituto brasileiro de recurso renováveis (IBMA) que, a partir do ano de 2007, passou a responsabilidade da gestão das unidades de conservação para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio).

movimentos[6] e manterem-se na resistência política, tal assertiva veio a concretizar-se com a organização do movimento indígena local.

Na área da Resex, a partir da primeira década do século XXI, a resistência e a insatisfação de grupos indígenas aumentavam, conforme as políticas conservacionistas eram introduzidas ou testadas na Resex, e a reboque, alavancava o número de aldeias que se autoidentificavam. Atualmente, o movimento indígena, objetivado no Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA), contabiliza, em franco crescimento, um contingente de quase oito mil indígenas, entre 13 povos, distribuídos em 18 territórios. A essa dinâmica de indianização, também se pode atribuir ao processo de institucionalização do movimento indígena, ao trabalho de valorização dos grupos étnicos e à politização das *terras tradicionalmente ocupadas*, sob a direção do Grupo de Consciência Indígena (GCI) e do CITA, criados respectivamente nos anos de 1997 e 2000, que contaram com apoio de seguimentos da igreja católica e de entidades não-governamentais.

Os agentes do capitalismo verde e o Movimento indígena

Na Conferência Internacional sobre Meio Ambiente realizada em 1972, em Estolcomo (Suécia), iniciou-se os primeiros acordos que estabeleciam uma agenda política global para o campo da governança ambiental, no entanto, esse evento teve como influências as políticas projetadas pelo Clube de Roma, que pretendia impor um controle sobre a exploração dos recursos naturais usando a palavra de *ordem* "desenvolvimento zero". Passados vinte anos, no Rio de Janeiro, na conferência de 1992, adotou-se um novo lema, o "desenvolvimento zero", promovendo a partir de então a Agenda XXI e a panacéia do "desenvolvimento sustentável", uma espécie de receituário propagado pelo relatório de Brundtland, intitulado de "Nosso Futuro Comum". Dez anos mais tarde, na Rio+10, ou seja, em 2002, o indicativo de controle dos recursos naturais se pautou no mecanismo de mercado climático, que defendia uma nova diretriz chamada "Emissão Zero de GEE" (gazes de efeito estufa).

O movimento indígena, na região do baixo rio Tapajós, do ponto de vista da economia verde, foi atravessado pelos efeitos daquelas grandes conferências ambientalistas internacionais, a exemplo das agendas geradas nas Rio+10, Rio+20, Conferências do Clima (COP na sua versão 21ª em 2015) e pelas celebrações de acordos, tratados e convenções multilaterais, reordenando as novas formas de reprodução e acumulação do capital sobre a retórica do "desenvolvimento

[6]A estas formas associativas expressas pelos novos movimentos sociais que objetivam os sujeitos em existência coletiva (Conselho Nacional dos Seringueiros, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Movimento dos Fundos de Pasto etc.) correspondem territorialidades específicas onde realizam sua maneira de ser e sua reprodução física e social. Tal realização implica uma relação diferenciada com os recursos naturais que, de certa maneira, reflete nos textos constitucionais, nas leis e nos decretos.

sustentável". Sobre essas diretrizes ambientalistas, Almeida (2012) aponta duas frentes de ações do Estado que, de alguma forma, se complementam a de *Proteção* e a do *Protecionismo* que configuram a expressão efetivada pela economia verde e que ele denominou de *implementação de políticas de reorganização de espaços e territórios* e para o qual ele alerta que:

> Não são um produto mecânico da expansão gradual das trocas, mas sim o efeito de uma ação de Estado deliberadamente protecionista, voltada para a reestruturação de mercados, disciplinando a comercialização da terra e dos recursos florestais e do subsolo. A distinção entre "proteção", que deriva de mecanismos de uma ação ambiental conservacionista perpetrada por agencias multilaterais, e "protecionismo", que consiste (...) numa ação de Estado inspirada principalmente no potencial de crescimento econômico (ALMEIDA, 2012. p.63).

Nos processos de territorialização, engendrado pelos agentes multilaterais sobre os recursos naturais, em particular no Brasil, e ainda do ponto de vista da conjectura econômica, política e jurídica, o que se percebe é um expansionismo do capitalismo climático, que cria e/ou modifica dispositivos legais, ou seja, leis, decretos, programas e portarias, inclusive portarias intrassetoriais para garantir a implementação de políticas ambientalistas com viés economicista, favorecendo a criação ou o fortalecimento de mercados com ativos ambientais, para serem usados na bolsa de valores (verde), a exemplo do mercado de carbono e em suas múltiplas ramificações setoriais que convergem para a mercantilização da natureza, dentro das estratégias do programa de Redução de Emissão por Redução e Degradação (REDD+)[7]. Nessa perspectiva, as ações da economia verde têm sido conduzidas por grandes organizações não-governamentais como a World Wide Fund (WWF), The Nature Conservation (TNC), Greenpeace, International Conservation, como as principais parceiras na implantação do "capital natural" (ZACARIAS, 2014. p. 391).

O capitalismo climático conseguiu articular uma força tarefa para expandir as teias que arquitetam as premissas das agendas do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que continua construindo um entendimento sobre a economia verde em parceria com várias entidades de setores distintos, numa coalizão de organizações (Green Economy Coalition).

As organizações conservacionistas não-governamentais, seguindo uma tendência crescente e mundial, estão incorporando ou assumindo a função empreendedora do capital natural em suas redes de relações, ou seja, estão afirmando-se como empresas do mercado verde, como bem preconiza Mark Tercek, coordenador executivo da TNC:

> Há necessidade de um grande pacto entre a conservação e a agricultura, como diz meu colega Glenn Prickett: o setor privado precisa pôr a natureza na frente e no centro dos seus pensamentos, e as organizações ambientalistas precisam fazer o mesmo no que se refere à produtividades e aos lucros" (2014. p.127).

[7] REDD é o mecanismo adotado para a redução do desmatamento e da degradação das florestas e REDD+ é o mecanismo adotado com a mesma função do REDD, com adicionalidade de gestão, conservação florestal e aumento do estoque de carbono.

A The Nature Conservation tem se destacado no cenário nacional e em particular na Amazônia, realizando parcerias com movimentos sociais, com grandes empresas transnacionais como a CARGIL e com autarquias do alto escalão do governo federal, em outras palavras, sua estratégia de atuação é construída no sistema de Parceria Público, Privado e Comunitário (PPPC). Um exemplo da participação da TNC, em programas governamentais, foi a firmação de compromissos de cooperação técnica para a promoção de estudos em diferentes instrumentos (entre eles, o Termo de Cooperação Nº 01/2007 FUNAI/TNC) com a Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério do Meio Ambiente (MMA). Esses acordos fazem parte do processo de construção e implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI)[8] e do Programa Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) nos quais tem discutido as possibilidades de implantar e gerir projetos e programas da economia verde em terras indígenas (TIs).

A TNC (2013) afirma que a maior dificuldade para a implantação do PNGATI é do ponto de vista financeiro, pois os recursos do orçamento público, atualmente destinados para a gestão ambiental e territorial em TIs são insuficientes. Em 2013, como alternativa, a TNC elaborou o seu Plano de Sustentabilidade Financeira de Médios e Longos Prazos para a PNGATI, deixando claro que uma das principais fonte[9] financeiras deverá vir de mecanismos da economia verde, como afirma o documento da TNC:

> Somente na Amazônia, as TIs preservam um estoque de 7 bilhões de toneladas de carbono, relativos a aproximadamente 27% do estoque da região amazônica24. Com o início das discussões de REDD+, estes territórios, que em sua grande maioria apresentavam grandes estoques e pouca ameaça de desmatamento, não seriam os principais beneficiários. Porém, atualmente com a evolução apresentada do REDD+, os territórios indígenas se tornaram áreas com grande potencial para um futuro mecanismo de REDD+, e os povos indígenas atores primordiais nessas discussões (TNC. 2013. p. 85).

A TNC vem atuando no estado do Pará através de projetos ligados a economia verde, em parcerias com outras ONGs, grandes empresas e com secretarias do Estado do Pará. No entanto, outras iniciativas de mercantilização e/ou financeirização da natureza tem chegado ao baixo rio Tapajós sem grandes alardes, constituindo verdadeiros mosaicos sobrepostos e/ou justapostos aos territórios indígenas. Pois, essas formas de políticas verdes podem pegar carona em outras formas

[8]Decreto n° 7.747, de 5 de junho de 2012. Em 2013, a Portaria Interministerial nº 1.701, dos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, regulamentou o art. 8º do Decreto nº 7.747, definindo a estrutura, a composição e o funcionamento do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental deTerras Indígenas – PNGATI.

[9] Do ponto de vista financeiro, os recursos do orçamento público, atualmente destinado para a gestão ambiental e territorial em TIs são insuficientes. A implementação da PNGATI depende de uma estratégia de financiamento efetiva, que demonstre as necessidades, as linhas de base e as metas e estratégias de captação e aplicação de recursos. Essa estratégia de financiamento é parte da criação e implementação dessa PNGATI e deve cobrir os custos com infraestrutura das TIs e atividades a serem desenvolvidas e incluir as fontes de financiamento e os sistemas de gestão administrativo-financeira.

imbricadas de mercados econômicos, cujas fontes de recursos podem vir em multifaces, seja por meio de fundos (Funbio, Fundo Juruti Sustentável, Fundo Amazônia, Fundo Vale), programas, projetos e ou pequenas iniciativas econômicas.

Algumas formas de mercados puderam ser mapeadas na região, a partir da observação das ações contrárias pela resistência indígena, pois entendem que tais empreendimentos ou projetos de iniciativas econômicas podem impactar o seu modo de vida cotidiano em seus territórios. Essas diferentes formas de mercados, no entanto, têm-se integrado de alguma forma nas comunidades e aldeias, enquanto que, em outras, foram refutadas, seguidas de várias mobilizações sociais de protestos e de denúncias juntos a órgãos públicos e do ministério da justiça, por acreditarem que essas iniciativas são uma ameaça a sua autonomia política e de impedir a sua reprodução social, cultural e econômica, além de desrespeitarem o art. 231 da Constituição Federal e a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) cujo Brasil é signatário.

A análise dos mercados econômicos também revela que se trata de uma nova forma de tornar os povos indígenas dependentes de projetos econômicos, causando a imobilidade do trabalho tradicional, como acontece na Resex Tapajós Arapiuns, o controle institucional para abertura de novas colônias (roçados) ou do uso de madeiras em territórios indígenas, hoje reconhecidas como parte da Unidade de Conservação. Outras formas como as assistências de crédito moradia, bolsa floresta e bolsa família podem estar funcionando como uma forma de aviamento neocolonial, visto que, no passado, o produtor agrícola recebia adiantado para produzir, hoje ele recebe adiantado para não produzir de forma tradicional e autônoma na Resex, comprometendo as suas formas de ocupação, apropriação e uso dos recursos naturais nos seus próprios territórios indígenas.

O quadro 2 reflete algumas impressões da realidade que se conjectura na região do baixo rio Tapajós, servindo como referência dos efeitos dos novos mercados que estão sendo projetados na região. Tais fenômenos revelam como a conversão e supressão de direitos ao uso de bens comuns, por meio das modificações nos marcos regulatórios da constituição (a exemplo do Código Florestal, implantando os créditos de reservas ambientais, as ameaças da PEC 215, fragilizando as garantias dos direitos originários) vêm provocando violências simbólicas e conflitos sócio ambientais que hora mobiliza os movimentos indígenas e outras entidades parceiras contra os processos neocoloniais de apropriação de bens (i) materiais e de serviços ambientais, numa lógica de acumulação por desapossamento (HARVEY, 2015), no qual são mercantilizados/financeirizados os serviços ambientais de uso comuns, que podem passar de bens comuns à propriedade privada, inscrita nas bolsa de valores.

Quadro 2: Mercados neocoloniais e formas de resistência indígena (baixo rio Tapajós)

Tipos de mercado	Agentes envolvidos diretamente	Formas de apropriação e dominação	Formas de resistência indígena
Mercado de crédito de carbono	Biofílica e parceiros	Pagamento por Serviços Ambientais/Crédito de Reservas Ambientais/Cota de compensação/MDL/projetos de REDD+/monitoramento por satélite/drones(vant)/certificação ambiental.	Rechaçam as oficinas e exigem a suspensão das oficinas junto ao CITA/MPF/FUNAI e ICMBio
Mercado de madeira florestal	TAPAJOARA/ CONFLONA/ IMAFLORA e consorciados	Concessão Florestal/Exclusividade na Exploração / Servidão florestal preestabelecido pela empresa/APP/monitoramento por satélite/certificação ambiental.	Rechaçam o inventário florestal e exigem a suspensão imediata junto ao CITA/MPF/FUNAI e ICMBio
Mercado de terras	Pessoas de fora, Turistas, empresas de turismo e imobiliárias	Ocupação irregular/concessão real de uso/venda de terras nos territórios indígenas não demarcados/Certificação Ambiental Rural – CAR.	Autodemarcação/com placas de aviso e denúncias junto ao CITA/MPF/FUNAI
Mercado de Bens materiais (produtos artesanais)	ONGs, Comerciantes e atravessadores	Dependência da estrutura e do comércio externo/projetos de "agroecologia"/certificação ambiental.	Boicote e/ou Criação de associações e cooperativas com parcerias
Mercado de minérios	Empresas de Mineração	Pesquisa sem a oitiva das comunidades com aberturas de picos e trilhas na mata.	Impedimento de pesquisadores com denúncias junto ao CITA/MPF/FUNAI
Mercado de paisagens e de turismo de base comunitária	Controlado por ONGs e agencias de turismo	Exploração da imagem e dependência econômica e impactos ambientais.	Criação de associações Denuncia junto ao CITA/MPF/FUNAI e ICMBio.
Mercado do agronegócio	Cargil (portos) e fazendeiros	Impactos sociais e ambientais/monitoramento por satélite/certificação ambiental.	Denuncia junto ao CITA/MPF/FUNAI e ICMBio.
Mercado da Pecuária (sustentável)	Criadores e fornecedores de insumos	Dependência do mercado, mudanças culturais/monitoramento por satélite/ certificação ambiental	Criação de associações de criadores.
Mercado de Bens imateriais e Saberes Tradicionais	ONGs e agentes comerciais	Direitos autorais/Patentes/Evasão de tecnologias/Etnodesenvolvimento	Criação de associações Farmácia artesanal.

Fonte: Atividade de campo, 2015.

O processo de territorialização dos agentes econômicos, na constituição de mercados verdes na região, é gerado fora das comunidades e aldeias, o que evidencia o caráter exógeno desses projetos, que chegam carregados de significados semantizados, deixando claro que a financeirização da natureza vem acontecendo a partir da negação dos direitos dos povos de

decidirem sobre as formas de uso dos recursos naturais/culturais pertinentes a suas multiterritorialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas neste artigo são parte de percepções primárias das observações obtidas em campo, que constituem uma base de análise crítica sobre a importância social, política, econômica e ambiental que o movimento indígena tem se apresentado na/para a região do baixo rio Tapajós.

O movimento indígena do baixo rios Tapajós, tem, por sua vez, protagonizado vários atos de resistência política, social e econômica frente aos agentes públicos, privados e da sociedade civil, num processo de territorialização que constitui, na atualidade, como a maior força política contra-hegemônica da região. As suas estratégias de luta têm se concentrado na tentativa de barrar todas as formas de controle, apropriação e de uso dos recursos naturais que possam vir a violar, simbólica e/ou materialmente, os direitos consuetudinários dos 13 povos indígenas da região.

Quanto ao caráter acadêmico deste trabalho, constata-se que a categoria território e territorialidade operacionalizam bem, no entendimento dos processos de territorialização, tanto no que tange as diversas tentativas de controle das pessoas e dos recursos naturais, quanto da autoafirmação identitária e territorial dos povos indígenas. Nesse sentido, as formas indígenas de ocupar, apropriar e usar a terra e o território devem ser levadas, primordialmente, em consideração, pois se tem observado que as formas de gestão do território são construídas, imperativamente, de cima para baixo sem a participação direta em suas fases constituintes: (pré)elaboração, planejamento, implementação e execução, transfigurando o papel dos projetos/planos de gestão como mais um mecanismo de controle do território. Portanto, o território não deve ser visto como algo estanque, pelo aspecto do geografismo (euclidiano), mas como algo que possui multiformas, conteúdo, escala, temporalidade e interação com seus pares. A questão da gestão do território, seja por via dos mercados econômicos ou por políticas sociais, deve ser politizada na e junto à comunidade para que ela a subverta a lógica do poder hegemônico.

Do ponto de vista da indianidade, os povos indígenas do baixo rios Tapajós, que historicamente foram sujeitados as diferentes formas de dominação (cultural, epistêmica, religiosa, política e econômica), hoje se têm fortalecido nos levantes em defesa do território e de suas terras tradicionalmente ocupadas. O Cita, numa articulação multiescalar (política e espacial) tem possibilitado aos povos indígenas refletirem sobre suas formas de existência, tanto no campo do espaço/tempo/vivido e do pertencimento, quanto no campo do jurídico, provocando um repensar de valores étnicos e territoriais como condição básica do seu "bem viver".

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. *In*: ALMEIDA, Alfredo W. B. *et al* (Orgs.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-144

ALMEIDA, A.W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas – processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Vol. 6, nº 1. ANPUR, maio de 2004. p. 9-32.

ALMEIDA. Alfredo Wagner B. de. **Conceito de terras tradicionalmente ocupadas (palestra – seminário sobre questões indígenas)**. Disponível em: file:///C:/Users/STORE/Downloads/conceitodeterrastradicionalmente_alfredowagner%20(1).pdf. Acessado em: 13/05/2015.

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: LASK, T. (Org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. *In*: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org). *Geografia cultural*: uma antologia. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2012.

BOURDIEU. P. **O poder simbólico**. 11ª ed. Rio de Janeiro. editora Bertrand Brasil, 2007.

CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de. **Antropologia e a Imaginação da Interdisciplinaridade. Conferência em 18 maio de 2005**. Orgs.: Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG (IEAT) e da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) – UFMG – Campus Pampulha.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios do Brasil**: história, direitos e cidadania. 1ª Ed. São Paulo: Claro Enigma. 2012.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar**: globalização ou pós-desenvolvimento?. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.133-168. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf

FATHEUER. Thomas. Nova economia da natureza: uma introdução crítica. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heinrich Bol. Stiftung. **Série Ecologia**. Vol.35, 2014.

FUNAI. www.funai.gov.br. Acesso em 31/10/2015

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

HAESBAERT, R.Território e Multiterritorialidade em questão. *In*: Haesbaert, R. **Viver no limite**: Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY. David. **O "novo imperialismo"**: acumulação por desapossamento (parte II).

Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v15_16_david_harvey.pdf. Acesso em 25/06/2015.

ICMBIO. **Plano de Manejo**: Reserva Extrativista Tapajós e Arapiuns. Vol. 1. Brasília: 2014.

ICMBIO. **Plano de Manejo**: Reserva Extrativista Tapajós e Arapiuns. Vol. 2. Brasília: 2014.

IORIS, E. M. Identidades negadas, identidades construídas: processos identitários e conflitos territoriais na Amazônia. *In* **Revista ILHA.** V. 11 – número 2, p. 219-264, 2010. Disponível em «http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/19411/17796». Acesso em 20/11/2012.

LOVINS. L.H. COHEN B. **Capitalismo Climático**: liderança inovadora e lucrativa para um crescimento econômico sustentável. 1ª ed. São Paulo. Cutrix ed. 2013.

MARGALHO. M.G. **Klabin**: os empresários, as empresas e as estratégias de construção da hegemonia (1930-1951). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói- RJ, 2008.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais/Projetos Globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Da geografia às geo-grafias**: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Esther y SADER, Emir (Coordenadores) "La guerra infinita. Hegemonia y terror mundial". Colección Grupos de Trabajo de CLACSO/Grupo de Trabajo Economía Internacional - 1ª edição. Buenos Aires: CLACSO, fevereiro de 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Reinvenção dos Territórios**: a experiência latino-americana e caribenha. En: Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

SACK, R. **O Significado de Territorialidade**. *In*: DIAS, L. C.; FERARI, M. (orgs). Territorialidades Humanas: Florianópolis. ed. Insular, 2011.

SZTUTMAN. R. (Org.). Eduardo Viveiro de Castro. **(entrevistas)** Rio de Janeiro. Beco do Azougue. 2008.

TELLES. Carlos. **História secreta da Fundação Brasil Central**: retrato de João Alberto e de uma época. Rio de Janeiro - RJ. Editora Chavante. 1946.

TERCEK. M. R. JONATHAN S. A. **Capital Natural**: como as empresa e a sociedade podem prosperar ao investir no meio ambiente. São Paulo. Alaúde Editorial. 2014.

THE NATURE CONSERVANCY-TNC. **Estudo sobre Sustentabilidade Financeira da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas**: Documento do Plano de Sustentabilidade Financeira de Médio e Longo Prazos para a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Produto 3. Brasília-DF.TNC. 2013. disponível em: http://www.tnc.org.br/nossas-historias/publicacoes/estudo-sutentabilidade-financeira-da-pngati.pdf. Acesso em 10/10/2015.

VAZ FILHO. F. A. **A emergência étnica dos povos indígenas do baixo Rio Tapajós, Amazônia**. 2010. 478f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – área de concentração Antropologia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010a.

VAZ FILHO. F. Povos indígenas e etnogêneses na Amazônia. *In* LUCIANO, G.J.S.; OLIVEIRA, J.C. de.; HOFFMANN, M. B. (Org.). **Olhares indígenas contemporâneos.** Brasília, DF: CIEP, 2010b.

ZACARIAS. Rachel. Mudanças climáticas e movimentos sociais ambientais: posicionamento, contradições, embates. *In*.: MONTAÑO. Carlos (Org.). **O Canto da sereia**: crítica à ideologia e aos projetos do "terceiro setor". São Paulo. Cortez. 2014.